

# DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS ENTRE OS TRABALHADORES DAS ÁREAS RURAIS DO BRASIL: UMA ANÁLISE POR SETORES

## *DIFFERENTIALS OF INCOME AMONG WORKERS IN RURAL AREAS IN BRAZIL: AN ANALYSIS BY SECTORS*

*Rodrigo Monteiro da Silva*<sup>1</sup>

*Miriã de Souza Lucas*<sup>2</sup>

*Ednaldo Michellon*<sup>3</sup>

### RESUMO

Este estudo busca verificar se há discriminação salarial entre trabalhadores que residem em zona rural em relação aos que residem em áreas urbanas, nos setores industrial, agrícola, de comércio e de serviços. Identificada tal discriminação, a análise avalia sua manifestação está também nas questões racial e de gênero entre trabalhadores rurais. Para tanto, utilizam-se microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019 e metodologia de decomposição de rendimentos de Oaxaca-Blinder. Os principais resultados apontam que residir em área rural reduz o salário médio dos trabalhadores, mesmo não havendo diferenças expressivas na escolaridade e experiência desses indivíduos. Além disso, homens brancos possuem maior renda que homens negros e mulheres, mesmo que a categoria feminina possua, em geral, maior escolaridade que a masculina. Foi observado que essa diferença salarial é ainda maior quando se comparam homens e mulheres negras; ou mulheres brancas e negras.

**Palavras-chave:** mercado de trabalho, desigualdade salarial, discriminação salarial na zona rural, decomposição de Oaxaca-Blinder.

### ABSTRACT

This study aims to verify whether there is wage discrimination between workers living in rural areas in relation to those living in urban areas in the industrial, agricultural, commerce and services sectors. Once such discrimination is identified, the analysis is carried out to assess whether it is also present in the racial and gender issue among workers residing in rural areas. Therefore, data from the 2019 National Continuous Household Sample Survey and the Oaxaca-Blinder income decomposition methodology are used. The main results show that living in a rural area reduces the average salary of workers, even though there are no significant differences in education and experience of these individuals. In addition, white men have higher income than women and black men, even women with more education than men. It was observed that this salary difference is even greater when comparing men with black women and white women in relation to black women

**Keywords:** labor market, wage inequality, wage discrimination in rural areas, Oaxaca-Blinder decomposition.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Teoria Econômica – Universidade Estadual de Maringá (PCE/UEM). E-mail: rodrygomsylva@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Teoria Econômica – Universidade Estadual de Maringá (PCE/UEM). E-mail: miriaslucas@gmail.com

<sup>3</sup> Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (PCE/UEM). E-mail: emichellon@uem.br

## 1. INTRODUÇÃO

Entre as diversas mudanças sociais e econômicas ocorridas no Brasil nos últimos anos, destacam-se aquelas relativas ao grau de concentração de renda da população brasileira. Mensurado pelo índice de Gini (medida de desigualdade de renda mais comumente utilizada), o grau de concentração de renda no país, que era de 0,584 em 2001, caiu para 0,519 em 2015 e a partir desse período voltou a aumentar, chegando a 0,539 em 2018, valor ainda expressivo<sup>4</sup>. Nesse contexto, Barros et al. (2010) apontam para a importância do mercado de trabalho na análise das possíveis causas dessas desigualdades. De modo geral, os estudos dentro dessa temática buscam compreender os diferenciais de rendimentos entre os trabalhadores sob três aspectos principais: desigualdade de dotação nos atributos produtivos dos indivíduos; discriminação; e segmentação regional ou ocupacional no mercado de trabalho (MAIA et al., 2017).

Com relação às diferenças salariais pelos aspectos dos atributos produtivos, observa-se que essa discrepância de rendimentos entre os trabalhadores se deve às variáveis nível de escolaridade e experiência no mercado de trabalho. Essas características geralmente são as que apresentam maior relevância na explicação dos níveis de desigualdade de renda observados, o que torna o estudo delas importante, também, para reduzi-las ao longo do tempo. (SILVA; FRANÇA; PINHO NETO, 2016).

No que se refere às diferenças salariais oriundas da discriminação, estas ocorrem em contextos em que indivíduos com a mesma capacidade produtiva, mensurada por algum critério prévio, como anos de escolaridade ou experiência, possuem rendimentos trabalhistas diferentes. Nesses quadros, as possíveis explicações para tais diferenças se relacionam aos fatores não exclusivamente produtivos. Os casos típicos desse tipo de desigualdade são aqueles provenientes de discriminação por gênero e cor/raça, em que, em geral, diferentes salários são observados em favor de indivíduos do sexo masculino e de cor branca, como verificado nos trabalhos de Cacciamali, Tatei e Rosalino (2009), Gomes e Souza (2015), Silva, França e Pinho Neto (2016) e Maia et al. (2017).

Por fim, a segmentação do mercado de trabalho existente entre regiões e setores da economia também é capaz de gerar diferenciais de rendimentos de natureza semelhante aos causados pela discriminação, ou seja, a remuneração ocorre de forma distinta entre trabalhadores com a mesma capacidade produtiva, mas de regiões ou setores diferentes. Dessa forma, considerando essas variáveis, o mercado de trabalho estaria cumprindo um papel de produtor de desigualdades (BARROS et al., 2000; SILVA; FRANÇA; PINHO NETO, 2016).

Contudo, mesmo havendo estudos que analisam os diferenciais de salários sob esses aspectos, ainda são escassos os trabalhos que fazem uma análise exclusiva para a área rural, uma vez que se infere, para o Brasil, que tal diferença salarial entre trabalhos urbanos e rurais já foi verificada empiricamente, como nos trabalhos de Silva, Carvalho e Neri (2006) e Russo, Parré e Alves (2016). Quando se trata de uma análise restrita ao meio rural, alguns questionamentos surgem, como: existe efeito de discriminação de gênero e cor/raça para os trabalhadores residentes nessas áreas? Além disso, há efeito de segmentação por setor de atividade entre os assalariados de áreas rurais?

Partindo da hipótese de existência de diferenças salariais, este estudo tem como objetivo avaliar os diferenciais de rendimentos entre trabalhadores pertencentes aos setores agrícola, industrial, de comércio e de serviços residentes em áreas rurais do Brasil. Para tanto, foram extraídos dados da Pesquisa de Amostra por Domicílios (PNAD Contínua) de 2019 e, como instrumento metodológico, foi utilizada a decomposição de Oaxaca-Blinder (1973).

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.GINI>. Acesso em: 13 set. 2020.

Este artigo é composto de mais quatro seções além desta introdução. Na segunda seção apresentam-se abordagens teóricas e evidências empíricas sobre os diferenciais de salários em diversos aspectos. A terceira seção conta com a base de dados e descreve o procedimento metodológico. A quarta seção discorre sobre os resultados. Por fim, as considerações finais constituem a quinta seção.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO E EMPÍRICO

As desigualdades nos rendimentos entre os trabalhadores no Brasil têm sido objeto de estudos de diversos pesquisadores, visto que, apesar da redução dos diferenciais de salários nos últimos anos, essa temática ainda é considerada um dos principais problemas econômicos enfrentados pelo país. A importância dessa discussão é comprovada por Salvato et al. (2008) e Costa, Costa e Mariano (2016), que apontam a discriminação salarial como contribuinte para o aumento da má distribuição de oportunidades de inclusão econômica.

A forma como essa temática é estudada se alterou ao longo dos anos e, nesse processo, teorias surgiram com o objetivo de explicar a distribuição de renda e os diferenciais de salários dos trabalhadores. Uma proposição que se destaca no debate sobre desigualdades de rendimentos é a teoria do capital humano, a qual determina uma relação direta entre o investimento individual em educação e treinamento, além da possibilidade de auferir maior remuneração. Isso ocorre devido a obtenção de maior eficiência na execução das atividades, o que torna o trabalhador cada vez mais produtivo (MARGONATO; SOUZA; NASCIMENTO, 2014).

Nesse contexto, Barros et al. (2010) argumentam que trabalhadores mais produtivos, com maior grau de escolaridade ou maior experiência, recebem melhores remunerações em comparação àqueles que não apresentam tais atributos. Contudo, nem todos os desequilíbrios de remuneração resultam das diferenças de produtividade, sendo, portanto, apenas revelados pela estruturação do mercado de trabalho. Por esse motivo, o meio laboral é por si só outro fator responsável por gerar as desigualdades salariais, na medida em que trabalhadores com características similares são remunerados distintivamente, com base em critérios incapazes de afetar a produtividade, como gênero e raça, por exemplo. Além disso, essa teoria destaca que assalariar de forma distinta trabalhadores que apresentam a mesma capacidade produtiva, mas que ocupam postos de trabalho em segmentos diferentes, também gera as desigualdades.

Estudos como os de Guimarães e Silva (2016), Gomes e Souza (2018) e Ceretta e Schwaab (2020) enfatizam a relação analítica existente entre salários e dotação do capital humano. Outros estudos empíricos, ainda, confirmam a existência de diferenças salariais entre gêneros e raças no mercado de trabalho (SOUZA; GOMES, 2015; PEREIRA; OLIVEIRA, 2016; GOMES; SOUZA; 2018).

Quando analisados os diferenciais de salários no contexto urbano-rural, Hoffmann (2007) argumenta que a piora da desigualdade na distribuição de renda ocorrida entre os anos 1960 e 1970 foi menos intensa nas áreas rurais do que nas áreas urbanas. Já entre os anos 1970 e 1980, se observou um efeito contrário, com aumento da desigualdade de renda para a população rural. Nos anos posteriores, notou-se estabilidade na desigualdade da distribuição de renda entre essas áreas até os anos 1990. Para o período de 1992 a 2006, o autor apontou uma lenta redução dos diferenciais de rendimento entre as duas populações.

Ademais, Hoffmann (2007), ao analisar os determinantes dos diferenciais de salários aplicando equações de rendimentos e utilizando dados da PNAD de 2001, observou que trabalhadoras do sexo feminino tendem a ganhar menos que trabalhadores do sexo masculino.

Além disso, os coeficientes para cor apontaram que o rendimento esperado para uma pessoa que se declara parda ou preta é menor do que o rendimento pressuposto para aquela que se declara branca. Ainda, o autor mostrou que trabalhadores das áreas rurais apresentam rendimentos trabalhistas menores em comparação aos trabalhadores das áreas urbanas.

Carvalho, Neri e Silva (2006) utilizaram dados da PNAD 2003 e aplicaram o procedimento de decomposição de Oaxaca-Blinder (1973) para estimaram o diferencial de salários entre homens e mulheres no Brasil. Os resultados apontaram que os salários dos indivíduos aumentam à medida que o efeito dotação (escolaridade e experiência) se eleva; os coeficientes de escolaridade (linear e quadrático) revelaram que o salário sobe a taxas crescentes conforme a escolaridade aumenta. Uma relação similar (nesse caso, a taxas decrescentes) ocorreu para os sinais dos coeficientes da experiência, que indicam aumento de salário conforme a experiência de trabalho se eleva. Foi possível observar, também, que mulheres de cor branca e homens e mulheres de cor preta e parda ganham menos do que o grupo base (homens brancos) e que trabalhadores das áreas urbanas apresentam maiores rendimentos em relação aos das áreas rurais. Os autores mostraram que a discriminação foi responsável por 97% do diferencial de salários entre homens de cor branca e as mulheres de cor preta ou parda.

Por sua vez, Russo, Parré e Alves (2016) avaliaram o diferencial de rendimentos entre trabalhadores urbanos e rurais no Brasil. Os autores utilizaram dados da PNAD de 2013 e aplicaram modelos de decomposição de Oaxaca-Blinder (1973) para as regiões brasileiras com o objetivo de fornecer um panorama geral do estado da desigualdade e seus aspectos regionais. Os resultados apontaram que os trabalhadores da área rural recebem salários menores que os trabalhadores da área urbana. Esse resultado foi encontrado para o Brasil como um todo, com exceção do Centro-Oeste, onde o resultado foi contrário. A região Nordeste foi a que apresentou maior diferencial de salários entre trabalhadores urbanos e rurais.

A desigualdade de renda também é pesquisada fora dos limites nacionais, por meio de estudos que analisam a estrutura de salários nos mais diversos âmbitos, como por exemplo Kagundu e Pavlova (2007), que investigaram as causas dos diferenciais salariais de gênero na Uganda. Ao dividirem a amostra entre subamostras rurais e urbanas e utilizarem dados da Pesquisa Nacional de Agregados Familiares de Uganda (2002/2003) e decomposição baseadas em Oaxaca (1973) e Neumark (1988), os autores puderam verificar que uma parcela substancial do diferencial de salário entre homens e mulheres resulta de diferenças de tratamento conduzidas pelo empregador, sendo que esse diferencial foi mais evidente nas áreas rurais. Além disso, nas áreas urbanas 22% da diferença salarial entre os sexos foi resultado da discriminação contra as mulheres; na área rural, esse percentual foi de 68%.

Agrawal (2014) examinou a discriminação salarial de grupos sociais e de gênero na Índia utilizando uma pesquisa nacionalmente representativa com trabalhadores rurais e urbanos. O autor avaliou as diferenças salariais entre os diferentes subgrupos da população separadamente, utilizando o método de decomposição de Oaxaca-Blinder (1973). Os resultados revelaram um grande diferencial de salários entre os gêneros e entre diferentes grupos sociais. Além disso, a discrepância salarial foi mais acentuada no setor rural do que no setor urbano. A análise de decomposição apontou que o diferencial de salário entre homens e mulheres pode ser amplamente atribuído à discriminação no mercado de trabalho; já as diferenças de remuneração entre as categorias sociais foram majoritariamente conferidas às dotações, indicando que esses grupos apresentaram maiores níveis educacionais e oportunidades.

Por fim, em um estudo mais recente, Cheng, Hu e Li (2020) buscaram avaliar a existência de diferenças de salário entre trabalhadores rurais e urbanos residentes na China. Utilizando dados

da Pesquisa de Empregadores e Empregados da China (2015/2016) e aplicando modelos de regressões lineares múltiplas, por meio do método dos mínimos quadrados ordinários, os autores observaram que os trabalhadores rurais recebem em média 22,3% a menos por mês e 32,2% a menos por hora em comparação aos trabalhadores urbanos. Além disso, foi possível constatar que a diferença de ganhos salariais é maior para trabalhadores de empresas estatais e aqueles com níveis superiores de escolaridade.

Em relação aos trabalhadores da área rural, exclusivamente, as diversas transformações ocorridas nas atividades agrícolas nas últimas décadas foram responsáveis pela redução da oferta de emprego nesse setor e pela ampliação da quantidade de trabalho em outros departamentos da área rural. As “novas” atividades que surgiram no espaço do campo estão ligadas à indústria, ao comércio, à prestação de serviços, ao lazer, entre outras (Neumann; Fajardo; Marin, 2017). Dessa forma, observaram-se mudanças no quadro do mercado de trabalho da população rural, que ocasionaram diferencial de salário entre as ocupações e aumento das desigualdades de renda entre esses trabalhadores (FIGUEIREDO et al., 2008).

Entre os estudos realizados exclusivamente para as áreas rurais, destaca-se o de Figueiredo et al. (2008), o qual buscou analisar o diferencial de rendimentos dos trabalhadores do meio rural que tem ocupação em atividades agrícolas e não agrícolas. O estudo foi feito para o Brasil utilizando dados da PNAD 2006, e, para análise empírica, os autores aplicaram o modelo de decomposição de Oaxaca-Blinder (1973). Os resultados apontaram que os trabalhadores de ocupações não agrícolas auferem maiores salários que os trabalhadores agrícolas; além disso, o retorno dos rendimentos trabalhistas em função da escolaridade é menor para os trabalhadores rurais.

A análise acerca dos diferenciais de salários dos trabalhadores da área rural também foi objeto de estudo de Costa, Costa e Mariano (2016). Os autores avaliaram as desigualdades de renda das áreas rurais do Brasil e das cinco grandes regiões brasileiras, desagregadas por três categorias ocupacionais (agrícola, serviços e produção de bens e serviços), e analisaram a influência dos efeitos dotação e discriminação por gênero e raça nos salários desses trabalhadores. Foram utilizados dados da PNAD no ano de 2014 e aplicados modelos de decomposição de Oaxaca-Blinder (1973) e decomposição contrafactual de Melly (2006).

Os resultados encontrados explicitaram que o efeito dotação contribuiu para diminuir as diferenças salariais, enquanto os efeitos de discriminação foram negativos e responsáveis pelo aumento das desigualdades. No país, como um todo, e no Nordeste, a discriminação por gênero foi maior entre os trabalhadores de produção de bens e serviços. Na região Centro-Oeste, o maior diferencial de salários foi observado na categoria de trabalhadores agrícolas. Por sua vez, nas regiões Norte, Sudeste e Sul, os diferenciais de rendimentos foram mais expressivos entre trabalhadores de serviços. A discriminação de raça foi mais elevada na categoria de serviços no Brasil e nas regiões Nordeste e Centro-Oeste; nas regiões Norte, Sudeste e Sul, essa discriminação racial foi maior no setor agrícola. De modo geral, os resultados mostraram que o efeito discriminatório varia tanto por regiões quanto por ocupação.

No trabalho de Cruz et al. (2019), os pesquisadores buscaram estimar os diferenciais de rendimentos entre as atividades agrícolas e não agrícolas dos trabalhadores da área rural nordestina brasileira. Utilizando dados da PNAD de 2006 e aplicando modelos de decomposição de Oaxaca-Blinder (1973) e modelo de regressão da *Recentered Influence Function* (RIF), os autores encontraram evidências de que os trabalhadores do meio rural que exercem atividades não agrícolas auferem maiores rendimentos quando comparados aos trabalhadores que atuam em atividades agrícolas. Destaca-se que o nível de escolaridade foi a variável que melhor explicou a diferença de rendimentos entre essas duas ocupações, proporcionando maior rendimento para os trabalhadores das atividades não agrícolas.

Já na pesquisa de Schwaab et al. (2019), foi analisada a existência de diferenciais de salários por gênero no mercado de trabalho agrícola na zona rural brasileira. Por meio dos dados extraídos da PNAD de 2015 e do método de decomposição de Oaxaca-Blinder (1973), os resultados apontaram que o salário/hora dos homens foi 157,62% maior que o das mulheres, sendo que o efeito da discriminação correspondeu a 108,38% desse hiato. Além disso, foi verificado que o diferencial de salários por gênero sofre redução à medida que a formalidade do trabalho aumenta e também com o acréscimo das horas trabalhadas pelas mulheres.

De modo geral, foi possível observar que os diferenciais de salários são evidentes entre os trabalhadores do campo e da cidade, na medida em que aqueles pertencentes às áreas rurais geralmente auferem menores rendimentos em comparação aos das áreas urbanas. Ademais, esses diferenciais de salários podem ser explicados tanto pela discriminação de gênero existente na sociedade quanto por diferentes níveis de escolaridade e experiência entre os trabalhadores. Contudo, ainda são escassos os estudos que buscam compreender a discriminação de salários para o meio rural brasileiro considerando questões de gênero e raça entre os setores econômicos.

### 3. METODOLOGIA E BASE DE DADOS

A base de dados empregada neste artigo foi a PNAD Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020) para o ano de 2019. O diferencial de rendimento entre os residentes da zona rural foi analisado para todo o país, e a amostra foi composta por indivíduos economicamente ativos, com rendimentos positivos, residentes na zona urbana e rural e com idade entre 16 anos e 60 anos. Os setores considerados foram agrícola, comércio, indústria e serviços, sendo excluídas da base atividades mal definidas e administração pública.

O primeiro procedimento econométrico foi a obtenção da equação de rendimentos a partir de uma equação minceriana (MINCER, 1974). De acordo com Satel (2011), Jacob Mincer foi um dos primeiros teóricos a trabalhar de forma prática como os investimentos em capital humano afetam os rendimentos. Sua equação de retornos à escolaridade, conhecida como equação minceriana, procurou estimar o quanto um ano adicional de estudo e experiência é capaz de elevar a renda do indivíduo. Margonato, Souza e Nascimento (2014), Almeida e Bessaria (2014) e Mattei e Baço (2017) mostram que tal equação tem sido amplamente utilizada em trabalhos empíricos relacionados à importância da educação e da experiência para a determinação de maiores retornos salariais.

A equação minceriana estimada segue um modelo básico – capital humano medido pela escolaridade<sup>5</sup>, experiência, experiência<sup>2</sup> e *dummies* relacionados à região do indivíduo, além de *dummies* para estar ou não casado –, como foi aplicado por Meireles e Silva (2019), Margonato, Souza e Nascimento (2014) e Cacciamali et al. (2009)<sup>6</sup>.

A equação estimada foi:

$$\ln(\text{salário hora}) = \beta_0 + \beta_1 \text{escolaridade} + \beta_2 \text{experiência} + \beta_3 \text{experiência}^2 + \beta_4 \text{cônjuge} + \beta_1 \text{NO} + \beta_1 \text{SE} + \beta_1 \text{SUL} + \beta_1 \text{CO} + \mu \quad (1)$$

<sup>5</sup> Como apontado por Neri et al. (2009), a limitação dessa variável se deve à sua incapacidade de incorporar a qualidade da educação recebida.

<sup>6</sup> Dado o proposto pela equação minceriana em sua versão básica, este artigo utiliza tal metodologia e variáveis em função da sua comprovada eficácia, já verificada em outras pesquisas empíricas (MEIRELES; SILVA, 2019; MARGONATO; SOUZA; NASCIMENTO, 2014; CACCIAMALI et al., 2009).

Realizada a estimação da equação 1, foi utilizada a decomposição de rendimentos de Oaxaca-Blinder adotada na literatura para verificar se existe de fato algum tipo de discriminação salarial no mercado de trabalho entre grupos distintos, levando em consideração que tal pode se manifestar de diversas maneiras, seja em aspectos de raça, de gênero, setoriais e de zona, como empregado nesta pesquisa e em Costa, Costa e Mariano (2016) e Figueiredo et al. (2008).

A decomposição criada por Oaxaca (1973) e Blinder (1973) divide o diferencial de salários entre dois grupos da seguinte maneira: inicialmente, uma parte é explicada pelas características referentes à produtividade do indivíduo, relacionada à Teoria de Capital Humano (MINCER, 1974), e às *dummies* cônjuge e região onde mora; a outra parte das diferenças de produtividade é residual e não explicada, sendo esse componente considerado fator de discriminação.

No procedimento de decomposição, primeiro estimam-se dois modelos por Mínimos Quadrados Ordinários<sup>7</sup>, da seguinte forma (SATEL, 2011):

$$\ln W_{urb} = a_{urb} + \beta_{urb} X_{urb} + \mu_{urb} \quad (2) \text{ e}$$

$$\ln W_{rur} = a_{rur} + \beta_{rur} X_{rur} + \mu_{rur} \quad (3),$$

em que  $\ln W_{urb}$  refere-se ao logaritmo do salário/hora de quem mora em área urbana;  $W_{rur}$  refere-se ao salário/hora de quem mora em área urbana;  $a$  é o intercepto da regressão;  $X$  é o vetor das características individuais e do mercado (escolaridade, experiência, experiência<sup>2</sup>, cônjuge e regiões),  $\beta$  é o vetor dos coeficientes; e  $\mu$  é o erro do termo aleatório.

A partir das equações de salários são estimados os valores médios e os parâmetros:

$$\overline{\ln W_{urb}} = \hat{a}_{urb} + \hat{\beta}_{urb} \bar{X}_{urb} + \hat{\mu}_{urb} \quad (4)$$

$$\overline{\ln W_{rur}} = \hat{a}_{rur} + \hat{\beta}_{rur} \bar{X}_{rur} + \hat{\mu}_{rur} \quad (5)$$

A decomposição de Oaxaca e Blinder, como aponta Salvato et al. (2008), realiza o diferencial de rendimentos a partir da diferença entre as equações 4 e 5 da seguinte forma:

$$D = \overline{\ln W_{urb}} - \overline{\ln W_{rur}} = (\hat{a}_{urb} - \hat{a}_{rur}) + \hat{\beta}_{urb} \bar{X}_{urb} - \hat{\beta}_{rur} \bar{X}_{rur} \quad (6)$$

De acordo com Chaves (2011), ao se somar e subtrair a equação 6 por uma média artificial obtida por meio do produto dos coeficientes da regressão dos residentes rurais e a média da dotação dos atributos dos residentes urbanos,  $\hat{\beta}_{rur} \bar{X}_{urb}$ , tem-se a decomposição de Oaxaca e Blinder:

$$D = \overline{\ln W_{urb}} - \overline{\ln W_{rur}} = (\hat{a}_{urb} - \hat{a}_{rur}) + \hat{\beta}_{urb} \bar{X}_{urb} - \hat{\beta}_{rur} \bar{X}_{rur} + \hat{\beta}_{rur} \bar{X}_{urb} - \hat{\beta}_{rur} \bar{X}_{urb} \quad (7)$$

Reordenando:

$$D = \overline{\ln W_{urb}} - \overline{\ln W_{rur}} = (\hat{a}_{urb} - \hat{a}_{rur}) + \bar{X}_{urb} (\hat{\beta}_{urb} - \hat{\beta}_{rur}) + \hat{\beta}_{rur} (\bar{X}_{urb} - \bar{X}_{rur}) \quad (8)$$

<sup>7</sup> De acordo com Santos e Ribeiro (2006) e Neri et al. (2009), essa metodologia de decomposição possui limitações, dado que é baseada em modelos de regressão que resultam em médias condicionais, ou seja, só produzem valores dos rendimentos médios, impossibilitando uma compreensão mais acurada sobre o mercado de trabalho em estudo.

Salvato et al. (2008) e Chaves (2011), apontam que Oaxaca (1973) formulou a decomposição em somente dois componentes. O termo  $(\hat{a}_{urb} - \hat{a}_{rur}) + \bar{X}_{urb} (\hat{\beta}_{urb} - \hat{\beta}_{rur})$  da equação acima indica a diferença salarial que resulta da discriminação contra o grupo em desvantagem por mostrar que indivíduos com mesmo nível de escolaridade e experiência recebem salários diferenciados (razão desse termo receber o nome de diferenças não explicadas). O termo  $\hat{\beta}_{rur} (\bar{X}_{urb} - \bar{X}_{rur})$  diz respeito aos diferenciais de salário resultantes das diferenças das características produtivas dos indivíduos, ou diferenças explicadas.

Blinder (1973), por sua vez, elaborou seu método de decomposição de forma similar à de Oaxaca (1973), mas o dividiu em três componentes, considerando os interceptos das equações de retorno de Mincer. O termo  $(\hat{a}_{urb} - \hat{a}_{rur})$  da equação 8 foi chamado de *shift effect* e pode ser entendido como a diferença observada na renda decorrente, de modo exclusivo, do trabalhador estar inserido em um dos grupos de análise (MOURA, 2015). Blinder (1973) considerou também outra análise nesse primeiro termo, que chamou de *interaction effect*,  $(\bar{X}_{urb} - \bar{X}_{rur}) (\hat{a}_{urb} - \hat{a}_{rur})$ , o qual mensura a interação entre os efeitos explicados e não explicados. Não obstante, tal termo não possui sentido econômico bem definido, deixando a explicação para os componentes das partes explicadas e não explicadas (MOURA, 2015; MARGONATO, 2011).

O termo  $\bar{X}_{urb} (\hat{\beta}_{urb} - \hat{\beta}_{rur})$  é chamado de *coefficient effect*, ou efeito não explicado pelos atributos produtivos, enquanto o termo  $\bar{X}_{rur} (\hat{\beta}_{urb} - \hat{\beta}_{rur})$  é denominado *endowment effect*, ou efeito explicado, medido a partir das diferenças das médias dos atributos produtivos e da forma de inserção dos trabalhadores. Moura (2015) mostra que o método de Oaxaca, uma vez que divide a decomposição em duas partes, é chamado de *twofold*, enquanto o método de Blinder (1973), dividido em três componentes, é denominado *threefold*, sendo este último aplicado neste artigo.

A variável utilizada na equação de rendimentos como dependente foi o logaritmo natural do salário/hora. Como o objetivo é verificar o diferencial de salários entre trabalhadores rurais e urbanos entre os quatro setores<sup>8</sup> e verificar tal discriminação entre trabalhadores rurais, se faz necessário mensurar o diferencial de salários de uma forma padronizada, o que justifica a utilização da variável obtida pelo salário do trabalho principal mensal dividido pela quantidade de horas trabalhadas também mensalmente<sup>9</sup> (CARVALHO; NERI; SILVA, 2006).

As variáveis explicativas empregadas para a estimação das equações de determinação de salários dos trabalhadores residentes em área urbana e rural e entre gênero e raça dentro do campo foram escolaridade<sup>10</sup>, experiência<sup>11</sup> e quadrado da experiência. Foram inseridas *dummies* de região e condição civil para averiguar se tais características afetam o salário/hora (ALMEIDA; BESSARIA, 2014; CACCIAMALI et al. 2009). O termo experiência ao quadrado visa captar os retornos decrescentes da experiência, seguindo a interpretação da teoria do Capital Humano: a experiência afeta positivamente os salários, mas, a partir de um ponto, o retorno sobre ela passa a variar a taxas decrescentes.

<sup>8</sup> Os setores foram classificados de acordo com o questionário da PNAD Contínua. O agrícola é representando por atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; o comércio, por atividades relacionadas à comercialização, reparação de veículos automotores e motocicletas; a indústria, por indústria geral; e os serviços, por atividades no ramo de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, educação, saúde humana, serviços sociais e serviços gerais.

<sup>9</sup> A PNAD disponibiliza apenas o salário mensal e horas semanais trabalhadas. Para se obter o salário médio por hora trabalhada foi necessário dividir o salário mensal pelo produto das horas semanais trabalhadas por 4.1.

<sup>10</sup> Anos de estudo.

<sup>11</sup> Assim como nos trabalhos de Heckman et al. (2000), Birchenall (2001) e Neto Junior et al. (2008), a *proxy* adotada para experiência foi idade - (6 + anos de estudo)

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção é destinada à exposição e à análise dos resultados do diferencial de salários para quatro setores selecionados, sendo eles: agrícola, comércio, indústria e serviços. Primeiramente, a análise é feita comparando os diferenciais de rendimentos entre os trabalhadores urbanos e rurais pertencentes a esses setores. Em seguida, a avaliação se concentra exclusivamente em trabalhadores da área rural, onde a decomposição dos rendimentos é feita por gênero e cor. Na Tabela 1 é apresentada uma descrição das variáveis utilizadas nas estimações econométricas.

**TABELA 1 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DE HOMENS, MULHERES, HOMENS NEGROS E MULHERES NEGRAS QUE RESIDEM EM ZONA RURAL**

Estatística	Urbano	Rural	Rural			
			Homem	Mulher	Negros	Mulher negra
<b>Agrícola</b>						
Escolaridade em anos	7,42	6,51	6,35	7,51	6,02	7,08
Experiência em anos	28,22	29,47	29,60	28,64	29,00	27,76
Salário na média	1.735,80	1.307,78	1.336,33	1.130,04	1.005,33	804,10
Horas trabalhadas semanais	40,00	40,00	40,00	37,00	38,00	33,77
<b>Comércio</b>						
Escolaridade em anos	11,13	9,50	8,92	10,41	9,03	9,89
Experiência em anos	20,31	20,62	21,52	19,21	21,04	19,81
Salário na média	1.957,99	1.265,81	1.436,58	998,48	1.056,35	813,04
Horas trabalhadas semanais	42,00	39,00	41,00	36,00	38,00	34,00
<b>Indústria</b>						
Escolaridade em anos	10,91	8,64	8,56	8,80	7,95	8,03
Experiência em anos	21,95	23,01	22,60	23,87	23,61	25,19
Salário na média	2.438,63	1.509,45	1.724,34	1.071,51	1.213,00	788,11
Horas trabalhadas semanais	41,00	38,00	41,00	33,00	37,00	31,00
<b>Serviços</b>						
Escolaridade em anos	13,27	12,13	11,06	12,13	11,79	12,40
Experiência em anos	19,65	19,96	21,23	19,26	20,46	19,93
Salário na média	2.885,16	1.647,80	1.826,87	1.549,53	1.442,67	1.380,69
Horas trabalhadas semanais	37,00	34,00	37,00	33,00	33,00	32,00

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da PNAD Contínua, disponibilizada por IBGE (2020).

Ao observar os trabalhadores dos quatro setores que residem nas áreas urbanas e rurais, nota-se que os anos de escolaridade são maiores para aqueles que vivem nas cidades. Além disso, a jornada média de trabalho semanal é mais alta nas áreas urbanas, com exceção do setor agrícola, que apresenta o mesmo valor entre as duas áreas. Observa-se também que trabalhadores de áreas rurais possuem mais anos de experiência no trabalho. O que fica evidente nos dados apresentados na Tabela 1 é a diferença de salário observada entre os grupos, uma vez que, em todos os setores, trabalhadores que residem em zona rural ganham menos do que aqueles que residem em zona urbana, especialmente na esfera de serviços.

Considerando os trabalhadores rurais, em todos os setores, as mulheres são as que possuem o maior nível de escolaridade, com destaque para a área de serviços (média de 12,13 anos de estudo). Destaca-se também que as mulheres negras empregadas no setor de serviços possuem mais tempo de estudo que os homens dessa mesma divisão. No entanto, como já demonstrado nos trabalhos de Cacciamali et al. (2009), Mattei e Baço (2017) e Meireles e Silva (2019), existe algum componente não explicitado, definido como “efeito discriminação”, que explica um diferencial de salários entre raça e gênero, de forma que homens brancos, mesmo não sendo possuidores dos maiores níveis de educação e experiência, recebem salários mais elevados em relação às mulheres, aos negros e, com maior expressividade, às mulheres negras.

Na Tabela 2 é apresentada a distribuição dos grupos de gênero e raça utilizados na pesquisa que residem em zona urbana e rural, análise essa estendida para setores do mercado.

**TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES QUE RESIDEM EM ZONA RURAL E URBANA ENTRE OS GRUPOS DE GÊNERO, RAÇA E SETORES**

Grupos	Urbano		Rural	
	Total	%	Total	%
Homem	85.694	0,75	28.127	0,25
Mulher	70.934	0,85	12.050	0,15
Homem negro	50.578	0,73	18.381	0,27
Mulher negra	39.508	0,84	7.293	0,16
<b>Agrícola</b>				
Homem	4.306	0,21	15.842	0,79
Mulher	550	0,18	2.545	0,82
Homem negro	2.765	0,21	10.142	0,79
Mulher negra	327	0,20	1.340	0,80
<b>Comércio</b>				
Homem	18.466	0,90	2.110	0,10
Mulher	13.792	0,91	1.348	0,09
Homem negro	10.827	0,89	1.303	0,11
Mulher negra	7.577	0,91	788	0,09
<b>Indústria</b>				
Homem	12.524	0,84	2.366	0,16
Mulher	6.360	0,85	1.161	0,15
Homem negro	6.625	0,83	1.359	0,17
Mulher negra	3.028	0,83	616	0,17
<b>Serviços</b>				
Homem	19.387	0,92	1.710	0,08
Mulher	28.632	0,90	3.116	0,10
Homem negro	10.176	0,90	1.126	0,10
Mulher negra	14.599	0,89	1.859	0,11

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da PNAD Contínua (2019).

O que se pode verificar na Tabela 2 é que a maior parte da população brasileira reside na zona urbana e, entre os grupos analisados, mulheres brancas e negras são as que representam a maior parcela residente nessa área, dado que 85% e 84% moram em cidades, respectivamente.

Ao observar os grupos residentes em zona rural e urbana nos setores em estudo, o agrícola, como esperado, é o que possui, em todos os grupos, o maior percentual de residentes em zona rural, e novamente a maior parcela corresponde a mulheres brancas e negras, ainda que para homens esse percentual tenha sido expressivo (79% para ambas as raças). Nos demais setores, a maior parte dos indivíduos nos grupos de gênero e raça residem em zona urbana, com percentual acima de 90% de residentes urbanos nos setores de comércio e serviços, com exceção do homem negro para o setor de comércio e da mulher negra no setor de serviços.

Já na Tabela 3 apresentam-se os resultados para as estimações da decomposição de Oaxaca-Blinder (1973) dos setores agrícola e comercial. Primeiramente, é feita uma análise dos diferenciais de salários por região de residência (urbana e rural) para os setores selecionados. Em seguida, a análise foca somente nos trabalhadores rurais, a fim de investigar os diferenciais de salários por gênero e cor: homem em relação à mulher; homem branco em relação ao homem negro; homem em relação à mulher negra; e mulher branca em relação à mulher negra.

A decomposição mostra que esse diferencial é explicado por três componentes: efeito dotação, referente às aptidões produtivas do indivíduo (educação e experiência); efeito coeficiente (que mensura a discriminação); e efeito interação. Esse último, como já mencionado na metodologia (MOURA, 2015; MARGONATO, 2011), não possui um sentido econômico bem definido, e por isso as análises se voltam apenas para os dois primeiros.

Ressalta-se que, quando o valor percentual relativo de um dos três componente é negativo, ele se torna irrelevante para explicar as diferenças salariais a favor do grupo de comparação; ele é essencial, porém, quando é positivo, podendo ser maior que 100%, ou seja, indicando que esse componente por si só explica a diferença salarial.

O que se pode observar, inicialmente, é que no setor agrícola há diferença salarial/hora positiva de R\$ 1,21 a favor dos residentes urbanos. Assim, residir em zona urbana propicia maiores salários do que residir em zona rural.

**TABELA 3 – RESULTADOS DA DECOMPOSIÇÃO DE SALÁRIOS NO MERCADO DE TRABALHO ENTRE ZONA URBANA E RURAL, GÊNERO E COR NOS SETORES AGRÍCOLA E DE COMÉRCIO**

Grupos	Agrícola		Comércio	
<b>Geral</b>				
<b>Urbano em relação ao rural</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Efeito</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Efeito</b>
Urbano	2,0905	R\$ 8,09	2,2972	R\$ 9,95
Rural	1,8997	R\$ 6,68	1,9887	R\$ 7,31
Diferença	<b>0,1908</b>	<b>R\$ 1,21</b>	<b>0,3085</b>	<b>R\$ 1,36</b>
Dotação	0,0264	13,86%	0,1589	51,50%
Coefficientes	0,1234	64,71%	0,1340	43,45%
Interação	0,0409	21,44%	0,0156	5,06%
Total	0,1908		0,3085	

Grupos	Agrícola		Comércio	
<b>Rural</b>				
<b>Homem em relação à mulher</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Efeito</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Efeito</b>
Homem rural	1,9130	R\$ 6,77	2,0560	R\$ 7,81
Mulher rural	1,8174	R\$ 6,16	1,8836	R\$ 6,58
Diferença	<b>0,0955</b>	<b>R\$ 1,10</b>	<b>0,1726</b>	<b>R\$ 1,19</b>
Dotação	-0,1679	-175,74%	-0,0834	-48,35%
Coefficientes	0,2078	217,56%	0,2483	143,85%
Interação	0,0556	58,18%	0,007*	4,50%
Total	0,0955		0,1726	
<b>Homem branco em relação ao homem negro</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Efeito</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Efeito</b>
Homem branco	2,1608	R\$ 8,68	2,1759	R\$ 8,81
Homem negro	1,8136	R\$ 6,13	1,8719	R\$ 6,50
Diferença	<b>0,3472</b>	<b>R\$ 1,42</b>	<b>0,3039</b>	<b>R\$ 1,36</b>
Dotação	0,2214	63,76%	0,2146	70,62%
Coefficientes	0,0984	28,33%	0,0906	29,81%
Interação	0,0274	7,91%	-0,001*	-0,43%
Total	0,3472		-10,134	
<b>Homem em relação à mulher negra</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Efeito</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Efeito</b>
Homem	1,7998	R\$ 6,05	1,9370	R\$ 6,94
Mulher negra	1,6227	R\$ 5,07	1,7640	R\$ 5,84
Diferença	<b>0,1771</b>	<b>R\$ 1,19</b>	<b>0,1730</b>	<b>R\$ 1,19</b>
Dotação	-0,1134	-18,68%	-0,0717	-41,47%
Coefficientes	0,2427	39,99%	0,2428	140,32%
Interação	0,4776	78,69%	0,0019*	1,15%
Total	0,6070		0,1730	
<b>Mulher branca em relação à mulher negra</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Efeito</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Efeito</b>
Mulher branca	1,9756	R\$ 7,21	2,0679	\$ 7,91
Mulher negra	1,5701	R\$ 4,81	0,7649	R\$ 2,15
Diferença	<b>0,4055</b>	<b>R\$ 1,50</b>	<b>0,3038</b>	<b>R\$ 1,36</b>
Dotação	0,3372	83,16%	0,1867	61,48%
Coefficientes	0,0897	22,13%	0,1114	36,69%
Interação	-0,021*	-5,29%	0,0055	1,84%
Total	0,4055		0,3038	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua (2019).

Nota: Valores percentuais do somatório dos componentes podem conter algumas diferenças em relação à soma total, devido à transformação do antilogaritmo e aos arredondamentos.

\*Não significativo a 10%

Aproximadamente 13,86% dessa diferença é explicada pela dotação do capital humano (educação e experiência) desses indivíduos, ou seja, os trabalhadores urbanos recebem maiores salários do que os rurais porque possuem maior nível de escolaridade e conseqüentemente de produtividade, o que está de acordo com a Tabela 1, a qual explicita que a escolaridade média foi maior para os trabalhadores urbanos. No entanto, vale notar que o percentual de diferenças salariais decorrentes do efeito coeficiente foi 64,71%, de modo que esse conjunto de diferencial não explicado, atribuído à discriminação, foi mais expressivo para a explicação no total da diferença salarial existente entre esses trabalhadores.

Após a comparação dos rendimentos entre trabalhadores rurais e urbanos do setor agrícola, são apresentadas as diferenças salariais de gênero e cor apenas para trabalhadores residentes em zona rural pertencentes a esse setor. Novamente, o que se verifica é que, para os três primeiros grupos de análise, a diferença no salário/hora é positiva, ou seja, há diferenças salariais a favor dos homens em relação às mulheres (R\$ 1,10), dos homens brancos em relação aos homens negros, (R\$ 1,42) e dos homens em relação às mulheres negras (R\$ 1,19). Além disso, de modo semelhante, nota-se um ganho salarial a favor das mulheres brancas em relação às mulheres negras (R\$ 1,50).

Nos componentes explicativos para os trabalhadores negros do sexo masculino, o efeito dotação se mostrou positivo, indicando uma maior aptidão produtiva dos brancos, possivelmente devido a escolaridade mais elevada e experiências expressivas, como visto na Tabela 1. Esse fator foi responsável por 63,76% dessa diferença salarial, enquanto a discriminação foi responsável por 28,33%. Essa grande assimetria em termos de produtividade se deve majoritariamente aos diferentes níveis educacionais entre brancos e negros, como apontam as pesquisas de Madeira e Gomes (2018) e Marques (2018), e revela as desigualdades educacionais de cor e raça ainda existentes no Brasil.

Já o diferencial de salários entre homens e mulheres foi exclusivamente explicado pelo efeito dotação, uma vez que os valores foram negativos. Tal resultado pode ser explicado pelo fato de que, de forma geral, as mulheres possuem maior escolaridade que os homens, portanto não seria esse o motivo para discriminação. Dessa forma, a diferença salarial para as mulheres foi explicada pela discriminação de gênero, visto que o efeito do coeficiente foi superior a 100%; para mulheres negras, o efeito discriminação explicou 39,99% dos diferenciais de salários. Por fim, em relação aos diferenciais de rendimentos entre o público feminino da zona rural (mulher branca e mulher negra), o efeito dotação foi responsável por 83,16% da diferença salarial, sugerindo que entre esse público as variáveis relacionadas às capacidades produtivas (educação e experiência) foram determinantes para explicar as diferenças entre as remunerações.

Já no setor de comércio, o comportamento dos efeitos foi muito similar ao observado no setor agrícola, uma vez que, olhando de forma geral, há diferença positiva de R\$ 1,36 no salário/hora recebido por trabalhadores residentes da zona urbana, sendo que os efeitos dotação e coeficientes explicaram, respectivamente, 51,50% e 43,45% dessa diferença. Em relação ao meio rural, observa-se que no setor de comércio o efeito dotação é maior para explicar os diferenciais de rendimentos entre trabalhadores

Na análise por gênero e raça dos indivíduos que trabalham no comércio e residem em zonas rurais, para todos os casos, observa-se diferenças salariais em favor dos homens em relação às mulheres (R\$ 1,19), dos homens brancos em relação aos homens negros (R\$ 1,36) e dos homens em relação às mulheres negras (R\$ 1,19). Além disso, observa-se também ganho salarial da mulher branca em relação à mulher negra (R\$ 1,36). Diferente da análise geral entre urbano e rural, o efeito dotação, assim como visto no setor agrícola, é responsável por explicar

a maior parte da diferença salarial entre brancos e negros, uma vez que a comparação entre esses conjuntos mostra que as diferenças nas características relacionados ao capital humano (educação e experiência) explicam 70,62% e 61,34% da desigualdade salarial entre homens brancos e negros e entre mulheres brancas e negras, respectivamente.

No entanto, na análise entre homens e mulheres e homens e mulheres negras, o que se observa é que o fator dotação foi negativo, não influenciando as diferenças salariais. Contudo, o efeito da discriminação foi acima de 100%, ou seja, de acordo com a decomposição de Oaxaca-Blinder (1973) utilizada na pesquisa, a diferença nos salários entre tais grupos, que trabalham no setor de comércio e residem em zona rural, é totalmente explicada pela discriminação de gênero. Esse resultado é ratificado pelas características dos indivíduos presentes na Tabela 1, na qual pode se verificar que mulheres possuem maior escolaridade que homens, com exceção para as mulheres negras alocadas no setor industrial.

Por meio da análise do diferencial de rendimentos entre os trabalhadores das áreas rurais alocados nos setores agrícola e de comércio, são apresentados os diferenciais de salários entre os trabalhadores alocados nos setores da indústria e serviços (Tabela 4). Como pode ser visto, o mesmo comportamento discriminatório verificado nos setores agrícola e de comércio é observado entre os trabalhadores da indústria, uma vez que o diferencial de salários nesse setor em termos de zona de residência é de R\$ 1,46 a favor dos moradores de áreas urbanas.

**TABELA 4 – RESULTADOS DA DECOMPOSIÇÃO DE SALÁRIOS NO MERCADO DE TRABALHO ENTRE ZONA URBANA E RURAL, GÊNERO E COR NOS SETORES AGRÍCOLA E DE COMÉRCIO**

Grupos	Indústria		Serviços	
<b>Geral</b>				
<b>Urbano em relação ao rural</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Efeito</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Efeito</b>
Urbano	2,4555	R\$ 11,6	2,7001	R\$ 14,88
Rural	2,0746	R\$ 7,96	2,4043	R\$ 11,07
Diferença	<b>0,3808</b>	<b>R\$ 1,46</b>	<b>0,2958</b>	<b>R\$ 1,34</b>
Dotação	0,2322	60,97%	0,1447	48,93%
Coefficientes	0,1157	30,40%	0,0919	31,08%
Interação	0,0328	8,63%	0,0591	19,99%
Total	0,3808		0,2958	
<b>Rural</b>				
<b>Homem em relação à mulher</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Efeito</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Efeito</b>
Homem	2,1757	R\$ 8,81	2,3732	R\$ 10,73
Mulher	1,8686	R\$ 6,48	2,4213	R\$ 11,26
Diferença	<b>0,3071</b>	<b>R\$ 1,36</b>	<b>-0,4808</b>	<b>R\$ 0,62</b>
Dotação	-0,0479	-15,61%	-0,1422	-295,72%
Coefficientes	0,3750	122,11%	0,0920	191,43%
Interação	-0,019*	-6,50%	0,0021*	4,29%
Total	0,3071		-0,0481	

Grupos	Indústria		Serviços	
	Coefficiente	Efeito	Coefficiente	Efeito
<b>Homem branco em relação ao homem negro</b>				
Branco	2,3002	R\$ 9,98	2,5175	R\$ 12,40
Negro	1,9008	R\$ 6,69	2,3342	R\$ 10,32
Diferença	<b>0,3993</b>	<b>R\$ 1,49</b>	<b>0,1833</b>	<b>R\$ 1,20</b>
Dotação	0,3097	77,54%	0,1223	66,70%
Coefficientes	0,0938	23,50%	0,0338	18,43%
Interação	-0,004*	-1,04%	0,0273*	14,87%
Total	0,3993		0,1833	
<b>Homem em relação à mulher negra</b>				
Homem	2,0217	R\$ 7,55	2,2994	R\$ 9,97
Mulher negra	1,6341	R\$ 5,13	2,3552	R\$ 10,54
Diferença	<b>0,3876</b>	<b>R\$ 1,47</b>	<b>-0,0558</b>	<b>R\$ 0,95</b>
Dotação	0,0045*	1,18%	-0,1295	232,11%
Coefficientes	0,4367	112,6%	0,0610	-109,37%
Interação	-0,0537	-13,86%	0,0127	-22,74%
Total	0,3876		-0,0558	
<b>Mulher branca em relação à mulher negra</b>				
Mulher branca	2,1336	R\$ 8,45	2,5190	R\$ 12,42
Mulher negra	1,6341	R\$ 5,13	2,3552	R\$ 10,54
Diferença	<b>0,4995</b>	<b>R\$ 1,65</b>	<b>0,1637</b>	<b>R\$ 1,18</b>
Dotação	0,4112	66,81%	0,0716	43,71%
Coefficientes	0,1463	23,77%	0,0424	25,90%
Interação	0,057*	9,42%	0,049*	30,39%
Total	0,6155		0,1637	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua (2019).

Nota: Valores percentuais do somatório dos componentes podem conter algumas diferenças em relação à soma total, devido à transformação do antilogaritmo e aos arredondamentos.

\*Não significativo a 10%

A maior parte desse resultado se deve a fatores relacionados à dotação dos trabalhadores, que explicou 60,97% dessa diferença; a discriminação foi responsável por 30,4%.

Ao analisar somente os trabalhadores da indústria que residem em zonas rurais, pode-se constatar novamente que – como acontece nos demais setores – entre homens brancos e homens negros existe um diferencial de salários decorrente da discriminação, que para o setor da indústria foi de 23,50%. No entanto, as variações nas dotações dos trabalhadores foram as que tiveram maior expressividade para explicar as diferenças salariais desse público, representando 77,54%. Ao analisar as médias salariais dos homens em relação às mulheres, observa-se que o efeito dotação teve sinal negativo, o que indica que toda a diferença salarial verificada provém da discriminação, componente esse que passou dos 100%. Para a comparação entre homens e mulheres negras, ainda que o fator dotação tenha sido positivo, não foi significativo nem a 10%, sugerindo que a diferença salarial observada entre esses grupos se deve ao componente da discriminação.

Entre as mulheres brancas e negras do setor industrial que residem em zona rural, a diferença salarial foi de R\$ 1,65 a favor das brancas, e o efeito dotação foi maior que o efeito discriminação, uma vez que a diferença salarial nesse grupo foi 66,81% explicada pelas dotações advindas das trabalhadoras desse setor.

Por fim, o último setor selecionado para analisar os diferenciais de salários refere-se ao de serviços. Os resultados obtidos ratificam a existência de discriminação salarial para aqueles que residem em zonas rurais, uma vez que novamente se constatou diferença positiva de R\$ 1,34 no salário/hora em favor dos residentes urbanos; e, se observou que 48,93% dessa desigualdade se deve a fatores de dotação e 30% à discriminação.

Além disso, o mesmo efeito dos diferenciais no setor de serviços foi verificado no rendimento de homens brancos e homens negros, semelhante aos demais campos de trabalho. Desse modo, existem diferenças salariais explicadas tanto por efeitos de dotação como de discriminação e, novamente, as características produtivas dos trabalhadores resultantes de melhores níveis educacionais e de experiência explicaram a maior parte dessa diferença (66,70%). Além disso, esse setor foi o que apresentou as menores diferenças salariais entre homens e mulheres, tanto brancas quanto negras.

Pôde-se observar que a diferença salarial foi a favor das mulheres no setor de serviços, visto que elas possuíam um salário/hora maior que o dos homens em R\$ 0,62. Entre homens e mulheres negras, a diferença salarial também foi a favor do grupo feminino, sendo positiva em R\$ 0,95. A explicação para essa desigualdade se deve totalmente ao fator discriminação, dado o sinal negativo do efeito dotação e o valor de 109,37% do efeito coeficiente. A comparação entre mulheres brancas e negras mostrou que a diferença foi mais uma vez em favor das brancas, que possuíam um salário/hora maior em R\$ 1,18, com 43,71% dessa diferença em função do efeito dotação das trabalhadoras e 25,9% devido à discriminação.

## 5. CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar o mercado de trabalho das áreas rurais do Brasil por meio da metodologia da decomposição da diferença salarial, abordando os trabalhadores dos setores agrícola, industrial, de comércio e de serviços. Buscou-se verificar se havia ou não uma discriminação salarial por gênero e raça nesses setores. Para o desenvolvimento do trabalho, os dados foram extraídos da PNAD Contínua de 2019, e a metodologia adotada foi a decomposição de Oaxaca-Blinder (1973), a qual possui comprovada eficiência empírica nessa temática de estudo.

Primeiramente, foi possível constatar a diferença salarial por área de residência do trabalhador a favor dos trabalhadores residentes em áreas urbanas. Dentre os quatro setores analisados, observou-se que o campo da indústria apresenta a maior desigualdade de renda entre os trabalhadores urbanos e rurais, no valor R\$ 1,46 por hora de trabalho positiva para os trabalhadores urbanos. Além disso, essa desigualdade de rendimentos foi majoritariamente explicada por diferenças nos atributos dos trabalhadores (60,97%), ou seja, pelo efeito dotação. Por sua vez, a menor diferença de remuneração entre essas duas áreas foi observado no setor agrícola, e o efeito dotação (escolaridade e experiência) foi capaz de explicar uma pequena parcela dessa diferença (13,87%).

Ao analisar as desigualdades salariais de gênero e raça somente entre os trabalhadores rurais, observou-se que o setor da indústria apresenta maior diferença salarial por gênero, visto que os homens recebem em média R\$ 1,36 por hora de trabalho a mais que as mulheres. Essa discrepância é explicada pelo efeito discriminação, uma vez que a dotação apresentou-se

negativa nessa análise. O setor da indústria também ficou à frente dos demais quando analisadas as diferenças de salários entre homens brancos e mulheres negras, as quais o efeito dotação também não foi capaz de explicar, sugerindo novamente a existência de discriminação salarial entre homens e mulheres atuantes nesse setor.

É importante destacar que, embora o setor da indústria tenha ficado à frente dos demais na comparação dos rendimentos entre homens e mulheres (brancas e negras), as áreas agrícola e de comércio também apresentaram diferença salarial a favor dos homens, com o efeito dotação não sendo capaz de explicar essas diferenças, o que indica a possibilidade de discriminação salarial por gênero nesses setores. O resultado oposto foi observado apenas no setor de serviços, no qual as mulheres apresentaram maiores salários em relação aos homens e o efeito dotação explicou em mais de 100% essas diferenças.

Com relação às diferenças salariais por raça, nos setores analisados os trabalhadores brancos apresentaram maiores rendimentos em relação aos negros, e o maior diferencial de salários foi observado no setor da indústria. Destaca-se que o efeito dotação foi predominante para explicar tais diferenças, indicando que os trabalhadores brancos apresentam maiores dotações produtivas quando comparados aos não brancos.

De forma geral, os resultados obtidos pela pesquisa reforçam as evidências de que no Brasil ainda existe um mercado de trabalho marcado por diversas desigualdades salariais, de modo que o diferencial nos rendimentos baseado em variáveis de zona, raça e gênero é uma realidade para muitos. Diante disso, o artigo contribui para a agenda de pesquisas sobre a temática, assim como para a formulação de políticas públicas a serem implementadas e monitoradas a fim de que tais disparidades, motivadas pela discriminação e pelo preconceito, deixem de impactar negativamente a vida dos trabalhadores brasileiros.

## REFERÊNCIAS

AGRAWAL, Tushar. Gender and caste-based wage discrimination in India: some recent evidence. **Journal for Labour Market Research**, New York, v. 47, p. 329-340, 2014.

ALMEIDA, Wallace da Silva de; BESARRIA, Cássio Nóbrega. Diferenciais de rendimento por gênero e raça no mercado de trabalho nordestino: uma análise via regressões quantílicas e decomposição de Oaxaca-Blinder (1973). In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 10., 2014, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2014.

BARROS, Ricardo; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil. Texto para discussão nº 1460. Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

BIRCHENALL, Javier. Income distribution, human capital and economic growth in Colombia. **Journal of Development Economics**, Amsterdam, v. 66, n. 1, 2001.

BLINDER, Alan Stuart. Wage discrimination: reduced form and structural estimates. **Journal of Human Resources**, Ann Arbor, v. 8, n. 4, p. 436-455, 1973.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; ROSALINO, Jackson William. Estreitamento dos diferenciais de salários e aumento do grau de discriminação: limitações da mensuração padrão? **Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 195-222, 2010.

CARVALHO, Alexandre Pinto de; NERI, Marcelo Cortes; SILVA, Denise Britz. Diferenciais de salários por raça e gênero: aplicação dos procedimentos de Oaxaca e Heckman em pesquisas amostrais complexas. **Ensaio Econômico da EPGE**, Rio de Janeiro, n. 638, p. 1-34, 2006.

CERETTA, Paulo Sergio; SCHWAAB, Kalu Soraia. Efeitos heterogêneos do capital Humano nos salários: uma análise quantílica na região Sul do Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 18, n. 51, p. 147-167, 2020.

CHAVES, André Luiz Leite. Estimativa da discriminação salarial, por gênero, para os trabalhadores assalariados da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 2, p. 85-94, 2011.

CHENG, Hong; HU, Dezhuang; LI, Hongbin. Wage differential between rural migrant and urban workers in the people's Republic of China. **Asian Development Review**, Cambridge, v. 37, n. 1, p. 43-60, 2020.

COSTA, Rayssa Alexandre; COSTA, Edward Martins; MARIANO, Francisca Zilania. Diferenciais de rendimentos nas áreas rurais do Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 25, n. 4, p. 112, 2016.

CRUZ, Marcos Paulo Mesquita da; SILVA, Vitor Hugo Miro; CAMPOS, Robério Telmo; OLIVEIRA, Celina Santos; BEZERRA, Arley Rodrigues. Diferenciais de rendimentos entre atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural nordestino. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XXI, v. 2, n. 43, 2019.

CUNHA, Marina Silva da. Os empregados da agricultura brasileira: diferenciais e determinantes salariais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 46, n. 3, p. 597-621, 2008.

FIGUEIREDO, Nayana Mangueira; NERI, Isabela Luciana Araujo; MOREIRA, Ivan Targino; TEIXEIRA, Gibran da Silva; CORDEIRO, Ariela Diniz. Diferencial de salários no meio rural brasileiro: uma aplicação da decomposição de Oaxaca. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, 46., 2008, Rio Branco. **Anais eletrônicos [...]**. Brasília, DF: Sober, 2008. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/ags/sbrfsr/103124.html>. Acesso em: 13 ago. 2020.

FIUZA-MOURA, Flavio Kaue. **Diferenciais de salários na indústria brasileira por sexo, cor e intensidade tecnológica**. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

GOMES, Magno Rogério; SOUZA, Solange de Cassia Inforzato de. Desigualdades salariais de gênero no primeiro emprego, reemprego e remanescentes nos setores econômicos: evidências para o Sul do Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 36, n. 71, p. 101-134, 2018.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Diferenças salariais de gênero no primeiro emprego dos trabalhadores: análise no estado da Bahia em 2013. ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 11., 2015, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2015.

GUIMARÃES, Carla Regina Ferreira Freire; SILVA, Joaquim Ramos. Pay gap by gender in the tourism industry of Brazil. **Tourism Management**, Amsterdam, v. 52, p. 440-450, 2016.

HECKMAN, James; TOBIAS, Justin; VYTLACIL, Edward. Simple estimators for treatment parameters in a latent variable framework with an application to estimation the returns to schooling. **NBER Working Paper Series**, Cambridge, n. 7.950, 2000.

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição de renda e da posse de terra no Brasil. In: RAMOS, Pedro; BUAINAIN, Antônio Márcio; BELIK, Walter; REYDON; Bastiaan Philip; RIBEIRO GUEDES, Sebastião Neto; HOFFMANN, Rodolfo et al. **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília, DF: MDA, 2007. p. 172-223.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua 2020**. Microdados – Pesquisa básica. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/2511-np-pnad-continua/30980-pnadc-divulgacao-pnadc4.html?=&t=downloads>. Acesso em: 13 ago. 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília, DF: Ipea, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

JACINTO, Paulo de Andrade. Diferenciais de salários por gênero na indústria avícola da Região Sul do Brasil: uma análise com micro dados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 43, n. 3, p. 529-555, 2005.

KAGUNDU, Paul; PAVLOVA, Olga. Gender wage differentials in Uganda: Evidence from the Uganda national household survey. **Andrew Young School of Policy Studies Research Paper Series**, Atlanta, n. 07-25, p. 1-34, 2007.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, 2018.

MAIA, Katy; SOUZA, Solange de Cassia Inforzato de; GOMES, Magno Rogério; FIUZAMOURA, Flávio Kaue; SILVA, Renato José da. Discriminação salarial por gênero e cor no Brasil: uma herança secular. **Revista Espacios**, Venezuela, ano 2017, v. 38, n. 31, p. 16, 2017.

MARGONATO, Rita de Cassia Garcia; SOUZA, Solange de Cassia Inforzato de; NASCIMENTO, Sidnei Pereira do. Diferenciais de rendimentos do trabalho feminino no Sul do Brasil: uma abordagem dual. **Economia & Região**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 104-121, 2014.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. e230098, 2018.

MATTEI, Taise Fátima; BAÇO, Fernanda Mendes Bezerra. Análise das desigualdades salariais entre homens e mulheres no mercado de trabalho de Santa Catarina. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, v. 7, n. 2, p. 96-117, 2017.

MEIRELES, Débora Chaves; SILVA, Jorge Luiz Mariano da. Diferenciais de rendimentos por gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Gênero**, Niterói, v. 20, n. 1, p. 73-95, 2019.

MELLY, Blaise. **Estimation of counterfactual distribution using quantile regression**. St. Gallen: SIAW, 2006.

MINCER, J. **Schooling, Experience, and Earnings**. Human Behavior and Social Institutions No. 2. Cambridge: NBER, 1974.

NERI, Isabela Luciana Araujo; ARAÚJO JUNIOR, Ignácio Tavares de; FIGUEIREDO, Nayana Ruth Manguiera de; SANTOS, José Márcio dos. Decomposição do diferencial regional de salário entre gêneros: uma abordagem por regressões quantílicas. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 14., 2009, Fortaleza., **Anais [...]**. Niterói: Anpec, 2009.

NETO JUNIOR, José Luis da Silva; PORTO JUNIOR, Sabino da Silva; DE FIGUEIRÊDO, Erik Alencar de. Migração e distribuição de capital humano no Brasil: mobilidade intergeracional educacional e intrageracional de renda. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, n. 4, p. 404-427, 2008.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sergio; MARIN, Mario Zasso. As transformações recentes no espaço rural brasileiro: análises do papel do estado nas políticas de desenvolvimento rural das décadas de 1970 a 1990. **RA'EGA: O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 40, p. 177-194, 2017.

OAXACA, Ronald. Male-female wage differentials in urban labor markets. **International Economic Review**, Ann Arbor, v. 14, n. 3. p. 693-709, 1973.

PEREIRA, Rafael Mesquita; OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de. Os diferenciais de salário por gênero no Rio Grande do Sul: uma aplicação do modelo de Heckman e da decomposição de Oaxaca-Blinder. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 1, p. 148-173, 2016.

RUSSO, Leticia Xander; PARRÉ, José Luiz; ALVES, Alexandre Florindo. Diferencial de rendimento entre trabalhadores rurais e urbanos: uma análise para o Brasil e suas regiões. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 19., 2016, Florianópolis. **Anais [...]**. Niterói: Anpec, 2016.

SALVATO, Márcio Antônio; SOUZA, Tânia Maria de; CARDOSO, Maria Beatriz Rocha; MOREIRA, Sérgio Araújo. Mercado de trabalho em Minas Gerais e Bahia: considerações sobre uma análise da discriminação de raça e gênero. SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 13., 2008, Diamantina. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2008.

SANTOS, Gilnei; FONTES, Rosa; BASTOS, Patrícia; LIMA, João de. Mercado de trabalho e rendimento no meio rural brasileiro. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 3, p. 355-379, 2010.

SANTOS, Renato Vale; RIBEIRO, Eduardo Pontual. **Diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres no Brasil revisitado: explorando o “teto de vidro”**. [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: <https://silo.tips/download/diferenciais-de-rendimentos-entre-homens-e-mulheres-no-brasil-revisitado-explora>. Acesso em: 13 ago. 2020.

SATEL, Clécia Ivânia Rosa. **Desigualdade de rendimentos do trabalho no Paraná no período 2002 a 2009**. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

SCHWAAB, Kalu Soraia; DUTRA, Vanessa Rabelo; MARSCHNER, Paulo Fernando; CERETTA, Paulo Sergio. How much heavier is a “hoe” for women? Wage gender discrimination in the brazilian agricultural sector. **Contextus: Revista Contemporânea de economia e gestão**, v. 17, n. 2, p. 37-62, 2019.

SILVA, Vitor Hugo Miro Couto; FRANÇA, João Mário Santos de; PINHO NETO, Valdemar Rodrigues de. Capital humano e desigualdade salarial no Brasil: uma análise de decomposição para o período 1995-2014. **Estudos Econômicos** (São Paulo), São Paulo, v. 46, n. 3, p. 579-608, 2016.

SOUZA, Paola Faria Lucas de. **A importância da discriminação nas diferenças salariais: Uma análise para o Brasil e suas regiões para os anos de 2002, 2006 e 2009**. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

Recebido em: 11/10/2020

Aceito para publicação em: 14/02/2022